DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 2357/2016

PROCESSO TC/MS	: TC/7754/2013
PROTOCOLO	: 1416046
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAIBA
ORDENADOR DE DESPESAS	: JOSÉ GARCIA DE FREITAS
CARGO DO ORDENADOR	: PREFEITO
ASSUNTO DO PROCESSO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 027/2013
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	: PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2013
OBJETO	: PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ESCOLARES.
CONTRATADO	: EDER VINÍCIUS DE PAULA REZENDE
VALOR INICIAL	: R$ 65.975,00
ÓRGÃO JULGADOR	: JUÍZO SINGULAR
RELATOR	: CONS. IRAN COELHO DAS NEVES

EMENTA. CONTRATAÇÃO PÚBLICA. 2ª E 3ª FASES. PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ESCOLARES. REGULARIDADE E LEGALIDADE DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO E DA EXECUÇÃO FINANCEIRA. OBJETO CUMPRIDO. QUITAÇÃO AO RESPONSÁVEL.

O processo em epígrafe se refere à 2ª e 3ª Fases da contratação pública iniciada através do procedimento licitatório realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 008/2013, que originou o Contrato Administrativo nº 027/2013 (f. 11-16), firmado entre o **Município de Paranaíba - MS**, CNPJ/MF n° 03.343.118/0001-00, representado pelo Prefeito, Sr. José Garcia de Freitas, CPF/MF n° 338.517.941-68, como contratante, e de outro lado o Senhor **Eder Vinícius de Paula Rezende**, CPF/MF nº 003.778.771-31, como contratado.

O objeto do presente contrato é a prestação dos serviços de transporte de escolares, conforme detalhamento contido na Cláusula Primeira, no valor de R$ 65.975,00 (sessenta e cinco mil, novecentos e setenta e cinco reais), com prazo de vigência de 1/2/2013 a 31/12/2013.

A Decisão Singular nº 3646/2015, proferida nos autos do Processo TC/7800/2013, publicada no DOE-TCE/MS nº 1128, em 29/6/2015, julgou regular e legal o procedimento licitatório realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 008/2013.

Após retornarem os autos para exame da 2ª e 3ª Fases, a 2ª Inspetoria de Controle Externo, através da análise ANA - 2ICE - 26460/2015 (peça 20) se manifestou pela regularidade e legalidade da formalização e execução financeira do Contrato Administrativo n° 027/2013.

O Ministério Público de Contas analisou os documentos acostados nos autos e por meio do parecer PAR - MPC - GAB.6 DR.JAC - 232/2016 (peça 21) opinou pela legalidade e regularidade da formalização contratual e dos atos praticados no decorrer da execução financeira, nos termos do artigo 120, II e III, da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

É o relatório.

Conclusos vieram os autos para decisão.

Cumpridos os pressupostos processuais e instruídos regularmente os autos, passo ao exame do mérito, nos termos do artigo 112, parágrafo único, II, “b”, da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

O mérito da questão repousa na formalização do Contrato Administrativo nº 027/2013 e sua Execução Financeira.

Em relação ao instrumento de contrato, este foi formalizado de acordo com as determinações do capítulo III da Lei Federal nº 8.666/93 e estabelece com clareza e precisão as condições para a sua execução.

O contrato foi firmado em 1/2/2013 e a publicação de seu extrato ocorreu em 21/3/2013 (f. 18), em conformidade com o prazo estabelecido pelo parágrafo único do artigo 61 da Lei Federal n° 8.666/93.

Consta nos autos o termo aditivo para alteração de valores do quilômetro rodado. Apesar de ter sido utilizado instrumento de aditamento, este constitui em apostilamento, conforme dispõe o § 8º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, razão pela qual deixo de examiná-lo nesta decisão.

A execução financeira está devidamente comprovada através das Notas de Empenho, Anulações de Empenho, Notas Fiscais e Ordens de Pagamento colacionadas aos autos, conforme demonstra planilha a seguir:

RESUMO TOTAL DA EXECUÇÃO	
Valor Contratual + Valor Apostilamento	R$ 68.279,86
Decréscimo	R$ 6.652,80
Valor Final Contratual	R$ 61.627,06
Valor Líquido Empenhado	R$ 61.627,06
Ordens de Pagamento	R$ 61.627,06
Notas Fiscais	R$ 61.627,06

Registre-se que o contrato encontra-se encerrado, conforme informação constante no Termo de Encerramento do Contrato (f.138).

Ante o exposto, com fundamento legal no artigo 21, II e artigo 59, I, ambos da Lei Complementar Estadual nº 160/2012, combinado com os artigos 9º e 10, II, artigo 70, artigo 120, II e III, combinado com o § 4º, III, artigo 122, IV, "a" e artigo 171, todos da Resolução Normativa TC/MS n° 76, de 11 de dezembro de 2013, acolho o parecer ministerial e **decido**:

1 – Pela **regularidade** e **legalidade** da formalização do Contrato nº 027/2013, firmado entre o **Município de Paranaíba - MS**, CNPJ/MF n° 03.343.118/0001-00, representado pelo Prefeito, Sr. José Garcia de Freitas, CPF/MF n° 338.517.941-68, como contratante, e de outro lado o Senhor **Eder Vinícius de Paula Rezende**, CPF/MF nº 003.778.771-31, como contratado;

2 – Pela **regularidade** e **legalidade** da Execução Financeira do Contrato Administrativo nº 027/2013, tendo em vista a execução do objeto, a exatidão dos valores e o regular cumprimento das obrigações;

3 - Pela quitação aos responsáveis, nos moldes do artigo 60, da Lei Complementar Estadual nº 160/2012, combinado com o artigo 171, da Resolução Normativa TC/MS n° 76, de 11 de dezembro de 2013;

4 - Pela intimação dos interessados acerca do resultado deste julgamento, em conformidade com o artigo 50, I, da Lei Complementar nº 160, de 02 de Janeiro de 2012, combinado com o artigo 70, § 2º e artigo 99, da Resolução Normativa TC/MS n° 76, de 11 de dezembro de 2013.

Campo Grande - MS, 28 de março de 2016.

CONS. IRAN COELHO DAS NEVES

Relator